



TESE LOCAL - CÂMPUS DE ALTO ARAGUAIA

UNEMAT FORTE EM TODAS AS REGIÕES DE MATO GROSSO

Esta Tese foi constituída a partir das pré-teses apresentadas pelos Grupos de Trabalho, formados no Câmpus de Alto Araguaia, e validada pela Comunidade Acadêmica no Seminário Local, dia 31 de maio de 2017. A Tese constitui o documento de Alto Araguaia, que segue para a Etapa Regional e para a Plenária do 3º Congresso Universitário da UNEMAT.

Alto Araguaia-MT, 13 de junho de 2017.



EIXOS TEMÁTICOS QUE FAZEM PARTE DESTA TESE

- (X) Eixo 1 - Graduação
- (X) Eixo 2 – Pós-graduação
- (X) Eixo 3 - Pesquisa
- (X) Eixo 4 – Extensão e Cultura
- (X) Eixo 5 - Gestão
- (X) Eixo 6 – Política Estudantil
- (X) Eixo 7 – Política de Financiamento

RESUMO

A Tese Local de Alto Araguaia desenvolveu-se a partir do objetivo “fortalecer a UNEMAT em todas as regiões de Mato Grosso”. Dessa forma, as propostas apresentadas pelos Grupos de Trabalho, dentro de sua perspectiva, propõe como macropolíticas: 1) Novas de ingresso e melhoria dos modelos atuais, a fim de facilitar o acesso de candidatos à Universidade; além de disso, propõe-se valorização de projetos de extensão como forma de estimular a permanência dos ingressos nos cursos da Unemat. 2) Parcerias com os Programas de Pós-Graduação, de forma que Professores Pesquisadores e Orientandos (Mestrandos e Doutorandos) possam realizar ou estender projetos de extensão nos Cursos do Programa Parceladas, a fim de mudar a dinâmica da formação acadêmica dos alunos matriculados nessa modalidade especial de Ensino. 3) Garantia de um percentual de pelo menos 20% do quadro docente, dos Cursos de Modalidades Diferenciadas, para Professores Pesquisadores, de preferência com vínculo em Programas de Pós-Graduação e/ou que tenha Projeto de Pesquisa institucionalizado. O objetivo da proposta é garantir a política institucional quanto ao princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. 4) Que os alunos vinculados ao Ensino Regular ou às Modalidades de Cursos Especiais possam, uma vez por ano, desenvolver projetos de extensão equivalente a um crédito, relacionados à área de sua graduação e ao curso, em *comunidades de resistência* (tais como assentamentos, quilombolas, tribos indígenas) ou em *instituições de assistência social* (orfanatos, asilos, clínicas de repouso, clínicas de recuperação). O objetivo da proposta é despertar a percepção dos estudantes para o potencial transformador dos cursos de graduação. 5) Readequação da estrutura organizacional e implementação de novos modelos de financiamento externo. As propostas indicam critérios de equidade de setores, conselhos e assessorias nos *campi*, para o primeiro objetivo, e revisão no atual modelo de financiamento externo, abrindo possibilidades para novos formatos de parcerias institucionais, com pessoas físicas e jurídicas, para o segundo objetivo.



TERMO DE ENCAMINHAMENTO DA TESE LOCAL

Os membros aqui relacionados, componentes da Comissão Organizadora do Seminário Local do Câmpus de Alto Araguaia, do 3º Congresso Universitário da Unemat, Portaria Nº 2794/2016, têm ciência de conteúdo e encaminham para publicação a Tese Local do Câmpus de Alto Araguaia, validada nos Seminário Local realizado nos dias 30 e 31 de maio de 2017, conforme previsto no Regimento do 3º Congresso Universitário da UNEMAT.

Comissão Organizadora Local (Portaria nº. Portaria Nº 2794/2016)	Nome	Assinatura
Docente	Claudia Coelho	
	Shirlene Rohr de Souza	
Discente	Gisele Marques de Souza	
	Jaqueline da Silva Oliveira	
PTES	Raqueline Borges de Moraes Ribeiro	
	Jeferson Boldrini da Silva	

Alto Araguaia-MT, 13 de junho de 2017.



INTRODUÇÃO

Esta Introdução reúne os textos iniciais das cinco pré-teses construídas pelos Grupos de Trabalho. As reiteraões decorrem dessa metodologia. As pré-teses desenvolveram-se a partir de um objetivo geral e motriz: “Fortalecer a UNEMAT em todas as regiões do estado de Mato Grosso”.

Em primeiro lugar, a pré-tese **Gestão e Política de Financiamento** lembra que a história da UNEMAT começa em 20 de julho de 1978, quando foi criado o Instituto Superior de Cáceres. Decorreram-se de lá para cá 39 anos. Hoje, a Universidade do Estado de Mato Grosso conta com treze câmpus, dezessete núcleos pedagógicos e vinte e quatro polos educacionais de Ensino a Distância. Toda essa estrutura atende a cerca de vinte e dois mil alunos, matriculados em sessenta cursos presenciais e em cento e vinte e nove cursos em modalidades especiais. Conta ainda com Programas de Pós-Graduação: quatro doutorados institucionais, quatro doutorados interinstitucionais (Dinter), três doutorados em rede, onze mestrados institucionais, um mestrado interinstitucionais (Minter) e cinco mestrados profissionais, é o que informa a página da instituição¹. A descrição dessa estrutura mostra que a UNEMAT é muito grande e precisa sofrer revisões, em todas as esferas, para se manter renovada e atualizada, com condições de atender ao público do Século XXI. O 3º Congresso Universitário que se realiza em 2017 oferece uma oportunidade ímpar de colocar toda a comunidade acadêmica unematiana em processo de reflexão em torno do mesmo objetivo: fortalecer a UNEMAT. Esta Pré-Tese parte do princípio de que, para fortalecer, é preciso modernizar a UNEMAT. Neste sentido, esta Pré-Tese propõe, primeiro, no eixo Gestão, uma reorganização da estrutura organizacional, seguindo o critério da equidade, o qual se aplicaria em todos os seus âmbitos: setores, conselhos, assessorias. Esse modelo já é utilizado com sucesso em outras universidades públicas, como na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, com *campi* nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A reorganização pelo critério da equidade tem como benefício imediato o fortalecimento da estrutura *multicampi*, visto que confere aos profissionais maiores possibilidades de planejamento transversal e diálogos *intercampi*. Para tanto, é preciso definir um funcionograma das atividades desenvolvidas em cada setor e estabelecer lotação mínima para o funcionamento das atividades em cada *campus*. A outra proposição diz respeito às Políticas de Financiamento: propõe-se que novos modelos de financiamento sejam regulamentados, por meio de parcerias com outras entidades públicas, mas também com pessoas jurídicas e pessoas físicas de direito privado, com a finalidade de angariar mais recursos financeiros para a instituição ou angariar outro benefício corporativo, como transferência de tecnologias e serviços. É importante ressaltar que a implementação de novos modelos pode viabilizar negócios e trabalhos conjuntos, aproximando a Universidade de setores produtivos da sociedade. Com tais perspectivas, esta Pré-Tese é primeiramente apresentada à comunidade acadêmica de Alto Araguaia, no Seminário Local, para sua validação e publicidade; posteriormente ao evento local, ela prosseguirá para as etapas seguintes: Seminário Regional, com a comunidade acadêmica de Nova Xavantina, quando ela será apreciada, avaliada e votada, e para a etapa final, a Plenária, que reunirá todas as comunidades acadêmicas da UNEMAT.

A pré-tese **Ingresso-Permanência-Extensão: Novos Olhares, Mais Alunos** foi elaborada pensando-se no conjunto ingresso e permanência do aluno na Universidade. Levou-se em conta principalmente o eixo Graduação, mas com reflexos também nos eixos Extensão e Cultura e Gestão, este último no sentido de gerencia e Regulamentação das formas de ingresso na Universidade. Embora muito já tenha sido pensado no sentido de atrair e manter o aluno nos cursos presenciais, cujas formas de ingresso, nos últimos anos, tiveram adesão a dois importantes programas nacionais: o Sistema de Cotas para Negros e o SISU, Sistema de Seleção Unificado (uma entrada por ano). Além disso, a UNEMAT promove vestibulares especiais, como ocorre no Programa Parceladas e nas ofertas de Cursos Fora de Sede. Apesar desses avanços e do esforço em

¹ Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=universidade&conteudo=1>. Último acesso em 02.Maio.2017.



democratizar suas políticas de acesso aos cursos de graduação, a UNEMAT enfrenta problemas para preencher vagas que ficam ociosas, ainda no primeiro semestre, em alguns cursos. A política institucional de ingresso não distingue cursos de alta demanda e cursos de baixa demanda. Para essa questão específica do Ingresso, esta Pré-Tese indica algumas alternativas que têm potencial para serem regulamentadas como macro políticas: oficializar formas de ingresso por diferentes modelos: seriado, por agendamento e por análise de histórico e redação, ou ainda por um modelo testado com sucesso em outras Universidades, o Programa de Avaliação Seriado (P.A.S.UNEMAT). Além disso, propõe-se a redução do valor da inscrição do vestibular e sua gratuidade aos alunos oriundos do ensino público a fim de garantir o acesso dos mesmos ao Ensino Superior. O primeiro enfoque desta Pré-tese é sobre as formas de ingresso no vestibular, apontando para a regulamentação de novas formas de ingresso, bem como mudanças na forma atual, visando atrair mais alunos para os cursos da UNEMAT e uma possível solução para os cursos de baixa demanda, bem como mecanismos de permanência dos acadêmicos nos cursos. O segundo enfoque é na extensão, apontando ideias para valorização da Extensão que, além de funcionar como um caminho para solução de problemas de déficit de aprendizagem, atuará mais na comunidade, em especial nas escolas públicas, de onde é oriunda a maioria de nossos alunos.

A pré-tese **Promoção da Extensão nos Cursos Parceladas** destaca que a UNEMAT foi inovadora ao criar cursos em diferentes modalidades, com a finalidade de levar o Ensino superior a regiões distantes do Mato Grosso, atendendo a uma grande população residente em municípios sem a presença de Campus da UNEMAT ou que têm *campus*, mas que não oferece todos os cursos que atendem às demandas locais. Porém, a modalidade Parceladas apresenta algumas fragilidades, uma das quais diz respeito à ausência de Projetos de Pesquisa e Projetos de Extensão do corpo docente, impactando diretamente na formação do aluno que, predominantemente, desenvolve atividades de Ensino. O Programa Parceladas foi criado em 1992, inicialmente, para formar profissionais da Educação, em regiões mais distantes de Mato Grosso. Hoje, as demandas forjaram um novo perfil e as Parceladas se abrem para Licenciaturas e Bacharelados, e atendem a um público diverso. O Programa Parceladas realiza-se em parcerias com os municípios e atualmente o número de alunos matriculados em todas as alguns campi equipara-se ou supera o número de alunos matriculados na modalidade regular, como é o caso do Campus de Alto Araguaia. Apesar da importante função social do Programa Parceladas e do esforço que a UNEMAT de oferecer formação acadêmica em regiões mais distantes do estado, é preciso reconhecer que os Cursos oferecidos na modalidade Parceladas precisam ser repensados em sua forma de execução, pois, no modelo em que se desenvolvem os cursos, pode-se dizer que eles se realizam com base no Ensino, com esporádicos Eventos. Dessa maneira, os Cursos Parceladas carecem de ações que formalizem o princípio da indissociabilidade, preconizado nas leis nacionais e no Estatuto UNEMAT, Título I Da Instituição, Capítulo I Da Natureza Jurídica, Artigo 1º. O Estatuto da UNEMAT reforça esse Princípio e essa Finalidade em outros pontos, com destaque para aquele que se encontra no Título I: Da Instituição, Capítulo II: Dos Princípios e Fins, Seção I: Dos Fins, Artigo 3º, Inciso I: “Garantir a ambiência para produção e difusão do conhecimento através do ensino, da pesquisa e extensão em suas diferentes modalidades e formas de promoção”, e ainda no Inciso XV (grifos nossos): “*Promover a extensão numa relação dialógica, de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, viabilizando a relação transformadora da universidade e da sociedade*”. Em suma, a modalidade Parceladas dissocia, com suas práticas, o Ensino da Pesquisa e da Extensão. É possível reverter essa realidade, considerando a importância desse Programa para o Estado. Por isso, os proponentes desta Pré-Tese propõem que haja parcerias com os Programas de Pós-Graduação, de forma que Professores Pesquisadores e Orientandos possam realizar ou estender projetos de extensão para as Parceladas, a fim de mudar a dinâmica da formação acadêmica dos alunos matriculados nessa modalidade especial de Ensino.

A pré-tese **Promoção da Pesquisa nos Cursos de Modalidade Parceladas** trata principalmente da Pesquisa e da Pós-Graduação. A Universidade do Estado de Mato Grosso, a fim de cumprir seu



compromisso social e promover o desenvolvimento em todas as regiões de Mato Grosso, além dos cursos regulares, oferece também cursos em modalidades especiais, os quais visam ao atendimento de populações, em diversas áreas, em diversas regiões. Dentre essas modalidades especiais, destaca-se o Programa Parceladas, que surgiu com o “objetivo de atender inúmeras demandas de formação docente em diferentes regiões do estado de Mato Grosso”. O empreendimento bem sucedido do Programa Parceladas para as Licenciaturas, estimulou a UNEMAT a expandi-lo também para cursos de Bacharelados, “com o objetivo de atender as demandas de formação para mercado de trabalho”². Hoje o programa a uma demanda que, junto com outras modalidades especiais, equivalem ao dobro do número de cursos atendidos pela modalidade regular. De acordo com a página da UNEMAT (Reitoria/Histórico), “Cerca de 22 mil acadêmicos são atendidos em 60 cursos presenciais e em outros 129 cursos ofertados em modalidades diferenciadas”. O Programa Parceladas constitui uma importante maneira de levar o Ensino Superior às regiões mais distantes do Estado de Mato Grosso. No entanto, da forma como os cursos do Programa se desenvolvem em suas práticas, apresentam grande fragilidades, pois não favorecem o ideal de integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, os dois últimos aliados dos cursos, impactando diretamente na formação acadêmica: o aluno das Parceladas, de maneira geral, compreende a Universidade como um estabelecimento de Ensino, apenas, como ocorre no Ensino Médio. Dessa maneira, entende-se que é preciso agir na Modalidade de Ensino Parceladas. A proposta é que os Editais de Seletivo reservem um percentual de vagas (sugere-se aqui 20%) para Professores Pesquisadores, de preferência vinculados a Programas de Pós-Graduação. Essa é uma maneira de estender para os acadêmicos dessa modalidade de Ensino, os Projetos de Pesquisas que se desenvolvem nos programas da UNEMAT e em outras instituições.

A pré-tese **Política Estudantil e Desenvolvimento Social** trata de investir no protagonismo do discente. De certa forma, relaciona-se a expressão “Políticas Estudantis” a Bolsas que oferecem condições de permanência do aluno na Universidade, tais como Bolsa Moradia, Bolsa Alimentação, Bolsa Apoio e outras, ou a estruturas que atendem às necessidades mais prementes dos estudantes, como restaurantes universitários e alojamentos estudantis. Essas Bolsas representam um grande avanço nas Políticas Estudantis, pois evitam maior evasão dos cursos, visto que grande parte dos alunos abandona o curso de graduação por falta de condições de autosustentação. Mas as políticas estudantis podem ir além do fator financeiro: elas podem promover atitudes pró-ativas em relação aos problemas sociais. O estudante precisa perceber, de algum modo, que seu curso tem potencial de transformação na sociedade. Por isso, a proposta que aqui se apresenta trata-se de uma ação recíproca: o aluno recebe uma *Bolsa Desenvolvimento Social* e, ao mesmo tempo, auxilia a Universidade a estender suas ações afirmativas para além de seus muros, em projetos que visem um trabalho social com grupos de resistência social (tais como assentamentos, quilombolas, tribos indígenas), mobilizados nos Centros Urbanos ou nos Campos; e é preciso que o aluno perceba que o acadêmico também é responsável pela melhoria no atendimento das comunidades em *instituições de assistência social* (orfanatos, asilos, clínicas de repouso, clínicas de recuperação). Desta maneira, propõe-se, como Política Estudantil, que os alunos vinculados ao Ensino Regular ou às Modalidades de Cursos Especiais possam, uma vez por ano, desenvolver projetos de extensão equivalente a um crédito, relacionados à área de sua graduação e ao curso, em *comunidades de resistência* (tais como assentamentos, quilombolas, tribos indígenas) ou em *instituições de assistência social* (orfanatos, asilos, clínicas de repouso, clínicas de recuperação), com subsídio de uma Bolsa Desenvolvimento Social para os alunos proponentes, sob a supervisão de um Professor Orientador.

² Disponível em <http://www.unemat.br/proeg/parceladas/?link=apresentacao>. Último acesso em 29.abril.2017.



OBJETIVOS

A Comunidade Acadêmica de Alto Araguaia, dividida em Grupos de Trabalhos, partiu do seguinte objetivo, maior e inicial: Fortalecer a UNEMAT em todas as regiões de Mato Grosso”. A partir dessa direção inicial e geral, os GT’s apresentaram os seguintes objetivos. A pré-tese, **Ingresso-Permanência-Extensão: Novos Olhares, Mais Alunos**, ao se inclinar para os problemas da baixa demanda e da evasão de alunos dos cursos, apresenta como objetivo central:

1. Implementar e regulamentar novas alternativas de ingresso para aumento de demanda e novas políticas de permanência dos discentes nos cursos.

Para tanto, propõe-se como objetivos específicos:

- 1.1. Criar novas formas de ingresso, além do vestibular atual, tais como: seriado, por agendamento e por análise de histórico e redação;
- 1.2. Reduzir o valor da inscrição do vestibular e garantir gratuidade aos estudantes do ensino público;
- 1.3. Implementar políticas de extensão para nivelamento de pré-requisitos para ingressantes;
- 1.4. Regulamentar o aproveitamento de cursos de extensão quando houver equivalência com disciplinas da graduação (carga horária e ementa).
- 1.6. Fomentar políticas para que as ações de extensão priorizem a comunidade externa e a educação básica.

As pré-teses **Promoção da Extensão nos Cursos Parceladas** e **Promoção da Pesquisa nos Cursos de Modalidade Parceladas**, inclinadas para discussões relacionadas a melhorias nos ofertados pelo Programa Parceladas, apresenta os seguintes objetivos:

1. Garantir o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, na modalidade de Ensino Parceladas e outras modalidade diferenciadas.
2. Promover a Extensão na modalidade de Ensino Parceladas.
3. Estimular parcerias com os Programas de Pós-Graduação da UNEMAT, bem como de outras instituições, a fim de que a Pesquisa fomentada na instituição possa repercutir em forma de Extensão nos Cursos Parceladas.
4. Promover a Pesquisa e Pós-Graduação na modalidade de Ensino Diferenciado.
5. Dar prioridade aos professores dos Programas de Pós-Graduação da UNEMAT e de outras instituições a participarem dos editais seletivos dos Cursos de Modalidades Diferenciadas.

A pré-tese **Política Estudantil e Desenvolvimento Social**, inclinada para as questões estudantis, propõe em seus objetivos:

1. Desenvolver uma Política Estudantil que também promova a consciência social do acadêmico.
2. Promover a relação entre o Ensino Superior e o desenvolvimento social, por meio de Projetos de Extensão.
3. Estimular entre os graduandos o desenvolvimento de projetos de extensão em comunidades de resistência e em instituições de assistência social.
4. Incentivar atitudes pró-ativas que favoreçam ações com potencial de transformação social.

A pré-tese **Gestão e Políticas de Financiamento**, inclinada para questões relacionadas à Gestão e a Política de Financiamento, coloca como objetivo principal:

1. Regulamentar e implementar novos modelos de financiamento externo além de readequar a estrutura organizacional e funcional da Universidade do Estado de Mato Grosso.



A partir deste objetivo maior, propõe:

- 1.1. Criar políticas de incentivos ao desenvolvimento de parcerias com entes públicos e pessoas físicas e jurídicas de direito privado para arrecadação de recursos financeiros ou não;
- 1.2. Viabilizar negócios e trabalhos conjuntos aproximando a Universidade do setor produtivo do mercado;
- 1.3. Regulamentar o financiamento externo para o desenvolvimento de bens, produtos e serviços pela universidade;
- 1.4. Readequar a estrutura organizacional da UNEMAT de forma que seja equivalente em todos os campi;
- 1.5. Definir um funcionograma das atividades desenvolvidas em cada setor;
- 1.6. Estabelecer a lotação mínima para o funcionamento das atividades.

METODOLOGIA

Para se chegar à Tese Local, a Comissão Local de Alto Araguaia, após participar do primeiro encontro para capacitação e orientações em Cáceres, desenvolveu um trabalho baseado na Metodologia de Grupos de Trabalhos. Frente a esta opção metodológica, a Comissão Local desenvolveu algumas ações, baseada em agenda que tinha como parâmetro as datas limites, apresentadas pela Comissão Central. No geral, os principais destaques são:

- 1) Em meados de 2016, a Comunidade Acadêmica foi informada da realização do 3º Congresso Universitário, bem como de suas três etapas: Local, Regional e Plenária. Formou-se no campus de Alto Araguaia a Comissão Local, formada por: Shirlene Rohr de Souza e Claudia Coelho (Docentes), Jeferson Boldrini da Silva e Raqueline Borges de Moraes Ribeiro (PTES), Gisele Marques de Souza e Jaqueline da Silva Oliveira (Discentes).
- 2) Nos dias 28 e 29 de novembro de 2016, a Comissão Local participou de uma Capacitação em Cáceres.
- 3) Em Alto Araguaia, a Comissão Local se reuniu, definiu a metodologia de trabalho e chamou uma reunião com os três segmentos para dia 15 de dezembro de 2016. A reunião com Docentes e Profissionais Técnicos foi no turno vespertino; com os discentes foi à noite.
- 4) Na reunião do dia 15 de dezembro de 2016, a Comissão Local apresentou sua proposta de dividir os segmentos em três Grupos de Trabalho (GTs), a fim de que a Comunidade Acadêmica de Alto Araguaia pudesse, ao fim de maio de 2017, apresentar uma Tese Local. Foram formados os seguintes Gt's: GT-1 "Ensino e Extensão", GT-2 "Pesquisa e Pós-Graduação" e GT-3: "Gestão, Políticas Estudantis, Políticas de Financiamento". As mesmas informações foram repassadas para os alunos.
- 5) Em 16 de fevereiro de 2017, em nova reunião, em cujo início reuniu todos os segmentos para orientações gerais, e, depois, cada GT se reuniu em uma sala para iniciar os trabalhos de discussões e proposições de Pré-Teses.
- 6) Nessa reunião específica do GT-1, os segmentos levantaram uma série de problemas que poderiam ser resolvidos a partir de ações institucionais, ou seja, a partir de macropolíticas.
- 7) Houve pausa nos trabalhos, com o período das férias Docentes e Discentes.
- 8) Em Abril, para adiantar as atividades de escrita, a Comissão Local propôs um Curso de Escrita de Pré-Teses. Destaque para as particularidades de cada GT:



O GT-1 desenvolveu suas discussões em torno dos eixos Graduação e Extensão, com efeitos na Gestão. O GT-1 foi coordenado pela Professora Adriana Dias que, a fim de otimizar o trabalho de escrita da Pré-Tese, após um primeiro momento em que se elencou questões relacionadas à Graduação e Extensão, distribuiu atividades de pesquisa e de escrita entre os participante: cada membro do GT-1 ficou responsável por escrever uma parte da Justificativa, relacionado aos tópicos de Ingresso e Permanência. Os textos foram encaminhados para a Professora Adriana que, por sua vez, encaminhou para o Professor Leandro, o qual reuniu os arquivos e deu a primeira configuração desta Pré-Tese, posteriormente revisada e burilada até seu formato final. Outro grupo ficou encarregado de escrever uma proposição relativa à Extensão nas Parceladas. Dentro do prazo, o GT-1 entregou as duas pré-teses: **Ingresso-Permanência-Extensão: Novos Olhares, Mais Alunos e Promoção da Extensão nos Cursos Parceladas.**

O GT-2, coordenado pelo Prof. Isaac Newton, concentrou as discussões e proposições nos eixos Pesquisa e Pós-Graduação. Inicialmente, o grupo pensou em propor abertura de Programas de Pós-Graduação em regiões estratégicas. Um Programa de Pós-Graduação seria uma ação de grande importância para toda a Região Sul de Mato Grosso, onde é possível estabelecer parcerias interinstitucionais com a Universidade Federal de Mato Grosso. Mas, logo as discussões empreendidas nesse dia (dia 19 de abril) mostraram que essa proposta não se enquadra em uma macropolítica, visto que todo o trâmite depende tão somente de condições técnicas exigidas pela CAPES. Impossibilitados de propor um Programa de Pós-Graduação, o grupo, depois de algumas discussões sobre as fragilidades do *Campus* de Alto Araguaia, chegou-se a um problema que se tornou visível desde que os cursos Parceladas de Pedagogia e Direito passaram a ser oferecidos no Campus de Alto Araguaia: a dissociação entre Ensino, de um lado, e Pesquisa e Extensão do outro. Dessa forma, o grupo deslocou seu foco para a Pesquisa, com discussões sobre as possibilidades viáveis de fazer a Pesquisa chegar, mesmo que de forma indireta, aos alunos dos cursos Parceladas.

O GT-3 dividiu-se em dois grupos: o primeiro inclinou-se para as questões mais ligadas à Gestão e Política de Financiamento e o segundo inclinou-se para a Política Estudantil. A pré-tese Política Estudantil e Desenvolvimento Social surgiu no sentido de promover ações afirmativas, com impacto na formação acadêmica e intelectual dos discentes. O grupo se reuniu e discutiu a proposta, que ao final foi redigida e apresentada ao grupo para ajustes. O outro grupo tratava de uma proposta gestada no Sintemat. Os proponentes se reuniram, selecionaram os pontos que consideraram mais relevantes para o Campus de Alto Araguaia e desenvolveram a pré-tese Gestão e Políticas de Financiamento.

Assim, as pré-teses, foram construídas segundo uma metodologia assinalada e acordada com a Comunidade Acadêmica, desde primeira reunião, que ocorreu no dia 15 de dezembro de 2016.

- 9) No dia 05 de maio as pré-teses estavam concluídas.
- 10) No dia 12 de maio foram publicadas na página do Congresso.
- 11) No período de 16, 17 e 18 de maio, realizou-se o I Ciclo de Debates com Tema Universidade e Sociedade, constituído de dois blocos metodológicos: **Mesas de Debates**, que teve como objetivo maior de refletir sobre o papel das Universidades na contemporaneidade, e **Fóruns**, que teve como objetivo específico de apresentar, para a comunidade acadêmica e externa, as propostas de macropolíticas da UNEMAT construídas conjuntamente pelos três segmentos do *Campus* de Alto Araguaia, contemplando os sete eixos que compõem uma tese: Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-Graduação, Gestão e Políticas Estudantis e de Financiamento.
- 12) Dias 30 e 31 de maio de 2017, a Comunidade Acadêmica reuniu-se mais uma vez, desta vez, após prazo de leitura das pré-teses, para validar as proposições dos GTs e para eleger sua delegação.



JUSTIFICATIVA

As propostas elencadas nesta Tese Local de Alto Araguaia surgem compelidas pelas demandas que são sentidas pela Comunidade Acadêmica local, mas que também representam demandas de outros *campi* e de outros cursos. Assim, cada pré-tese apresentou justificativas importantes para cada proposição.

Pré-tese INGRESSO-PERMANÊNCIA-EXTENSÃO: NOVOS OLHARES, MAIS ALUNOS

A escolha do eixo “Graduação” deu-se devido à sua grande importância, pois o ensino é o principal objetivo da Universidade. Não há pesquisa e extensão sem os acadêmicos do ensino de Graduação. Por outro lado, há uma crescente preocupação com o quadro de ingresso e permanência que se apresenta na UNEMAT atualmente. O fato de muitos cursos não preencherem suas vagas no vestibular, bem como terem grande número de evasão universitária, levou o GT-1 a pensar algumas alternativas para sanar/minimizar estes problemas. Estas alternativas envolvem diretamente o eixo “Gestão”, pois é nesse eixo que se encaixam as ações de regulamentação e execução das formas de ingresso propostas. Uma vez que o aluno consegue ingressar na Universidade, é necessário que tenha condições de acompanhar as exigências educacionais do curso. Dessa forma, justifica-se a importância dessa proposta abranger também o eixo “Extensão e Cultura”, no sentido de propor cursos de extensão que funcionem como nivelamento aos estudantes que apresentarem dificuldade de acompanhar o conteúdo das disciplinas cursadas.

É hoje uma realidade os discentes chegarem ao ensino superior com graves deficiências de aprendizagem, daí a importância desses cursos de extensão não mirarem apenas nos acadêmicos com dificuldade, mas também, e principalmente, que a extensão esteja mais presente nas escolas, onde tais cursos de nivelamento podem ser ofertados. Dessa forma, a extensão consegue vencer os limites dos muros da universidade, alcançando a comunidade externa. Paulatinamente, pretende-se mudar o quadro de déficit de aprendizagem detectado nos primeiros semestres dos cursos de graduação, uma vez que o aluno terá a oportunidade de, ainda no ensino médio, ter acesso a cursos de nivelamento. Com isso, pretende-se modificar este quadro e, ao mesmo tempo, atrair uma clientela melhor preparada para nossos vestibulares. Um exemplo a ser citado é o Programa de Incentivo à Docência – PIBID – que é uma referência nacional neste tipo de proposta. Os proponentes compreendem que esta proposta tem grande importância e atualidade para a universidade, pois está diretamente ligada à qualidade da formação acadêmica dos alunos. A pluralidade de ideias, em um espaço democrático e livre como o III Congresso Universitário, é uma oportunidade grandiosa que a UNEMAT tem para avaliar e inovar seus objetivos e práticas sociais, planejando no presente para vislumbrar um futuro de prosperidade, onde acadêmicos, professores, técnicos e sociedade estejam em diálogo constante e se sintam motivados a participar ativamente das ações da instituição.

A UNEMAT passa por um momento importante em sua trajetória histórica. O grande crescimento na última década já suscitava a demanda por reformulações profundas. A conquista do Plano de Carreira, Cargos, Salários e voto paritário, em 2008, nos impulsiona decididamente na direção da indissociabilidade do tripé “Ensino-Pesquisa-Extensão”, que são a base da universidade. As políticas norteadoras do nível superior, principalmente os projetos de cursos, devem contemplar o princípio diretriz da indissociabilidade, ou seja, integralizar ensino, pesquisa e extensão na implementação dos currículos de seus cursos.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 16).

Para um melhor entendimento das ações propostas na presente Pré-tese, optou-se por explicar as proposições por tópicos:

1. Criar novas formas de ingresso, além do vestibular atual, tais como: seriado, por agendamento e por análise de histórico e redação.

Instituições públicas e privadas vem aplicando formas diferenciadas de ingresso no ensino superior, visando atingir mais interessados, numa sociedade pós-moderna em que as tecnologias e mercado de



trabalho vão se apresentando como desafiadores no processo de escolhas. De maneira especial pelas instituições privadas, uma dessas possibilidades é o vestibular agendado, oferecido pela instituição para atender àquela pessoa que não poderia comparecer à realização do vestibular tradicional com hora e dia marcados. Outra forma de ingresso, que vem sendo implantada por diversas instituições públicas pelo país para facilitar a participação do aluno oriundo do ensino médio, é a implantação de um programa de avaliação seriada.

Nossa proposta é que a UNEMAT institua o PAS. UNEMAT - Programa de Avaliação Seriada da UNEMAT - ao lado de outras formas de ingresso, como o vestibular tradicional ou outras modalidades, tais como: vestibular por agendamento, por análise de histórico escolar e atividades extensionistas e adoção de uma espécie de “SISU” interno na UNEMAT.

1.1 Criar o Programa de Avaliação Seriada (PAS.Unemat)

O PAS.UNEMAT - Programa de Avaliação Seriada da UNEMAT - seria implantado tendo como base as experiências de instituições que já adotaram o programa para ingresso em seus cursos. O pioneiro nessa área é o PAS da Universidade de Brasília (PAS/UNB) que foi criado em 1995, como forma de ingresso alternativa ao vestibular tradicional e que oferece 50% das vagas de todos os cursos. Trata-se de uma avaliação processual, realizada em três etapas com alunos e escolas cadastradas, o que permite realizar uma reflexão sobre o desempenho do estudante do ensino médio e redirecionar os estudos, caso seja necessário. As vagas de cada curso são distribuídas segundo os três sistemas de concorrência da UNB: Sistema de Cotas para escolas públicas, sistema Universal e sistema de cotas para negros; porém, a quantidade de vagas só é informada na terceira etapa quando os alunos também optam por um determinado curso. Outras instituições que utilizam o sistema seriado são: SIS – Universidade do Estado do Amazonas (UEA); SSA – Universidade de Pernambuco (UPE); PSS – Universidade Federal de Roraima (UFRR); PISM – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); SASI – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); PIAS – Universidade de Uberaba (Uniube); PAES – Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); PAS – Fundação Armando Álvares Penteado (Faap – SP); AS – Universidade Estadual de Goiás (UEG); PSS – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); PAS – Universidade Estadual de Maringá (UEM); PAC – Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro); PVS – Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Em 2014, a Universidade de São Paulo (USP) regulamentou o Programa de Avaliação Seriada (PASUSP) que oferece bônus, ou seja, acréscimo de nota ao aluno de escola pública no vestibular da instituição (FUVEST).

Outros nomenclaturas que o sistema recebe, além de Programa de Avaliação Seriada (PAS): Processo Seletivo Contínuo (PSC), Sistema de Avaliação Seriado (SAS), Programa de Ingresso Seletivo Misto (PISM), Programa de Ingresso por Avaliação Seriada (PIAS), Programa de Avaliação Seriada para Acesso ao Ensino Superior (PAES), Processo Seletivo de Avaliação Seriada (SASI), Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (PAIES) e Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior (PAAES), Programa de Ingresso Seriado (PRISE), Sistema Seriado de Avaliação (SSA), Programa Seriado de Ingresso à Universidade (PSIU), Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE), Programa Experimental de Ingresso ao Ensino Superior (PEIES).

1.2 Regulamentar o Vestibular por agendamento

Ao contrário do vestibular tradicional em que a instituição seleciona os melhores alunos por meio da realização de provas numa data determinada, o vestibular agendado possui data diferenciada para a aplicação da prova, com a intenção de auxiliar os alunos que não podem comparecer na data especificada, podendo o mesmo sugerir uma data. Essa alternativa é considerada vantajosa para aqueles alunos que desejam realizar mais de um vestibular. O vestibular por agendamento pode ser manuscrito (avaliação presencial) ou virtual (avaliação remota, pelo computador), sendo que o conteúdo é o mesmo do vestibular tradicional. Algumas instituições, inclusive, aplicam a prova online.

Algumas das faculdades particulares que utilizam o sistema de vestibular agendado: Centro Universitário Newton Paiva, Faculdade Pitágoras, Faculdade Presidente Antônio Carlos (Unipac), Universidade Norte do



Paraná (Unopar), Universidade Estácio de Sá, Faculdade São Salvador, Faculdade Dom Bosco, Grupo Educacional Uninter, Universidade Vale do Rio Doce (Univale).

1.3 Criar o Sistema de Seleção Unificada(SISU) Interno da UNEMAT

A terceira forma de ingresso proposta é a criação de um sistema de seleção semelhante ao utilizado pelo Governo Federal – o SISU –, porém apenas internamente, entre os cursos de graduação da UNEMAT. O candidato faz a inscrição e a prova para o vestibular da UNEMAT sem definir qual é o curso de seu interesse. Após a realização da prova e divulgação das notas, ele escolhe o curso, dentre os oferecidos pela instituição, de acordo com a pontuação obtida no processo de seleção.

A seleção feita desta forma possibilita que o interessado tenha mais chances de ingresso na universidade, pois sua nota pode ser insuficiente para aprová-lo em um determinado curso ou campus, porém em outro curso ou campus em que a demanda seja menor, esta mesma nota pode ser mais que suficiente para sua aprovação. Esse sistema poderia resolver até mesmo problemas como excesso de candidatos para determinado curso em algum campus enquanto que em outro, este mesmo curso apresenta baixa procura.

1.4 Regularizar a entrada por histórico e/ou redação

Nos casos em que não há preenchimento das vagas após todo o processo de ingresso vigente, propõe-se ainda a entrada por histórico e/ou redação, intitulado atualmente de “Vestibular por agendamento”. Esta prática já vem ocorrendo nos Campus da UNEMAT há algum tempo e tem dado bons resultados com relação ao preenchimento de vagas remanescentes na maioria dos cursos.

Na UNEMAT, esse tipo de entrada começou pela análise apenas do histórico escolar do candidato, depois passou a ser análise do histórico e redação e atualmente é aplicada apenas uma redação, mas ainda não há legislação que regulamente essa prática. Propõe-se à gestão de vestibulares da UNEMAT uma análise mais profunda da importância desse processo para melhor aproveitamento das vagas ofertadas semestral ou anualmente, no sentido de tomar as medidas necessárias para sua regulamentação, pois isso facilitaria sua aplicação com mais agilidade, não prejudicando tanto os ingressantes por essa modalidade, que atualmente entram na Universidade em média após um mês do início do semestre letivo.

Essa demora para ingressar prejudica o aluno e torna mais difícil sua permanência, pois em geral encontram dificuldades de acompanhar o conteúdo. Nesses casos, um programa de nivelamento aplicado por professores extensionistas, com a ajuda de bolsistas de monitorias, se torna fundamental para dar suporte a esses alunos, evitando assim que haja um alto índice de evasão universitária.

2. Reduzir o valor da inscrição do vestibular e garantir gratuidade aos estudantes do ensino público.

Tendo em vista a finalidade precípua da UNEMAT da oferta de ensino superior gratuito, laico e de qualidade, indissociável da pesquisa e da extensão, e também pelo respeito aos princípios éticos e da administração pública, o respeito pela diversidade, pela pluralidade, pela igualdade de condições de acesso e permanência nas diversas modalidades de ensino oferecidas, a presente proposta visa à discussão e a inclusão de políticas de ingresso expandindo-se para a universidade como um todo. A universidade precisa garantir acesso e permanência aos alunos, em especial alunos cujas condições econômicas sejam desfavoráveis. A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Ao longo deste processo de educação as formas de inserção no mundo acadêmico sempre foram realizadas com base em processos seletivos, privando do acesso ao ensino superior, em especial, os indivíduos de baixa renda os quais não possuem recursos suficientes para a inscrição e, apesar de haver possibilidade de isenção da taxa, não são suficientemente esclarecidos para organizar a documentação necessária para conseguir esse benefício, que é demasiadamente burocrático. Neste sentido, propomos, assim como acontece no ENEM, a isenção da taxa de inscrição para o aluno oriundo do Ensino Médio Público.



Este grupo social configura-se como uma grande parcela da sociedade, que tem na sua base de formação uma deficiência advinda da precariedade da educação básica a que tem acesso, quando tem, que por si configura-se como uma barreira que impede chegar à Universidade. É preciso que todas as pessoas tenham garantido o seu direito constitucional de acesso ao Ensino Superior.

Sugere-se também que o valor da taxa de inscrição do vestibular seja reduzido. Os discentes da UNEMAT, que são os mesmos que concorrem ao nosso vestibular, em sua maioria, são oriundos de famílias de baixa renda. Segundo o Relatório Conclusivo da auto avaliação do ciclo 2013-2015 da Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, quanto à renda familiar dos alunos, observou-se que a maioria é proveniente das camadas menos favorecidas da sociedade. Quase a metade, ou 48,78%, declararam renda familiar inferior a três salários mínimos, e 35,79% declararam renda entre 3 e 5 salários. O Ministério da Educação não tem ingerência sobre os processos seletivos das instituições e elas possuem autonomia para criarem regras próprias, inclusive o valor da taxa de inscrição do vestibular. Tomando-se como exemplo o Enem, verifica-se que este sistema democratizou a participação nos processos seletivos, pois ao pagar a taxa de R\$ 82,00 e fazer a prova, o candidato teve neste ano, a possibilidade de ingressar em 128 instituições públicas de ensino superior, entre federais e estaduais, além da gratuidade garantida aos alunos advindos do ensino médio público.

3. Implementar políticas de extensão para nivelamento de pré-requisitos de ingressantes

A Universidade recebe alunos advindos do Ensino Médio que possuem graves deficiências de base e problemas de aprendizagem acerca dos conteúdos mais simples da graduação. Levando-se em conta os índices que revelam a baixa renda dos discentes, pode-se afirmar que a maior parte dos alunos ingressantes advém do ensino público. Diante disto, propõe-se a criação e regulamentação de políticas de nivelamento a partir da extensão da Universidade, por meio de um programa de extensão que ofereça cursos nas escolas públicas de ensino básico, com o objetivo de reforçar o aprendizado dos alunos da Educação Básica em quaisquer ciências, de acordo com a área de atuação do docente extensionista. Tais cursos devem atender também aqueles acadêmicos dos primeiros semestres dos diversos cursos de graduação da UNEMAT que apresentem dificuldades de acompanhamento do conteúdo das disciplinas. A criação e a regulamentação desse programa conferem importância aos quesitos nivelamento e acompanhamento, visto o caráter permanente de sua ação. Pode haver alternância dos docentes que se engajarem nesse programa, mas o objetivo é que ele tenha longa duração. Contudo, é natural que surjam particularidades em cada localidade, além de prováveis inovações, o que sugere a necessidade de constante revisão do programa, que abrigará um leque de projetos de extensão nas diversas áreas de atuação da UNEMAT. Para auxiliar o trabalho do docente, será necessário contar com monitoria de acadêmicos com bom desempenho em seu respectivo curso de graduação, que podem desenvolver trabalho voluntário ou serem selecionados por meio de edital de bolsa monitoria, também a ser regulamentada.

A presente proposta, além de seus principais objetivos, ainda possibilita outros ganhos, tais como o reconhecimento dos méritos dos acadêmicos bem sucedidos na graduação (programa de bolsa monitoria) e a possibilidade do aluno/acadêmico com má formação escolar superar essa carência e acompanhar seus colegas ao apresentar melhoras em seu desempenho nas disciplinas de graduação, aumentando sua autoestima. Tais fatores terão um efeito colateral positivo como incentivo à permanência do acadêmico, dando-lhe motivação para continuar a frequentar o curso, já que, na atuação auxiliar em sala de aula e na possibilidade de nivelamento de conhecimentos, tanto o monitor quanto o monitorado sentir-se-ão parte ativa da Universidade.

A proposição de levar cursos de extensão como nivelamento às escolas de Educação Básica e aos primeiros semestres da graduação fortalece a indissociabilidade do tripé “ensino-pesquisa-extensão”, visto que os professores que ofertarão tais cursos poderão relacionar suas atividades de extensão aos estudos dos projetos de pesquisa aos quais estejam vinculados; conseguindo maior repercussão e aproveitamento dos demais trabalhos que desenvolvem na universidade. Com isso, garante-se maior atuação da Universidade na sociedade, sobretudo na Educação Básica, possibilitando maior interação com a comunidade externa e dando maior visibilidade aos cursos de graduação ofertados pela UNEMAT. A comunidade na qual a



universidade está inserida poderá conhecer mais profundamente o trabalho desenvolvido pelo campus, resultando em aumento do interesse dos cidadãos locais pelos cursos oferecidos. A proposição da criação e regulamentação de um programa, com caráter permanente, facilitará a implantação de vestibular do tipo seriado, já que haverá acompanhamento do desempenho do aluno em seu Ensino Básico, firmando convênios com as escolas para estabelecimento de critérios de avaliação conjunta.

4. Regulamentar o aproveitamento de cursos de extensão quando houver equivalência com disciplinas da graduação (carga horária e ementa).

A extensão, parte integrante do tripé que sustenta a Universidade, vem ganhando maior espaço por meio do Plano Nacional de Extensão. Essa pré-tese, em consonância com outras apresentadas por esse campus, faz parte de um projeto maior (a Tese do campus de Alto Araguaia) que pretende trabalhar a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, propondo como atividade acadêmica um projeto de extensão que envolva os alunos e a comunidade externa. Essa atividade acadêmica voltada à comunidade externa é um momento de formação que envolve os conteúdos acadêmicos e pode, inclusive, extrapolá-los, abrangendo outros além dos previstos PPC (Projeto Político Curricular) dos cursos de graduação, que possibilitem uma formação mais geral e uma construção de conhecimentos prévios necessários como embasamento a outros conteúdos. Muitos podem ser os projetos de extensão traduzidos em cursos, voltados à comunidade interna e externa, com carga horária e conteúdos bem definidos, podendo ser até maiores que os destinados às disciplinas que compõem o PPC dos cursos oferecidos pela instituição. Neste sentido, a proposta aqui apresentada visa o aproveitamento de disciplinas de extensão nos diversos cursos oferecidos pela UNEMAT, a partir da equivalência de carga horária e conteúdo, desde que haja o devido registro da frequência do aluno. Considerar-se-á, para tal propósito, os cursos com carga horária igual ou superior à disciplinas a serem aproveitadas, com conteúdo compatível em, no mínimo, 70%. Esse aproveitamento dar-se-á tanto nos casos em que o aluno fez o curso de extensão no Ensino Médio, quanto nos casos em que o acadêmico frequentou esses cursos paralelamente à sua frequência nas disciplinas de graduação. No caso do aluno de ensino médio, deve-se estabelecer um prazo de aproveitamento do curso de extensão de, no máximo, dois anos.

5. Fomentar políticas para que as ações de extensão priorizem a comunidade externa e educação básica

A extensão pode ser vista como elemento fundamental para a permanência dos acadêmicos na universidade, devido à integração destes com os diversos saberes produzidos, reflexionados, transformados, intercambiados entre a academia (professores e acadêmicos) e a comunidade. Retomando, novamente, o conceito de indissociabilidade, ao se estabelecer uma relação direta entre Extensão e Ensino, propõe-se que os discentes se tornem protagonistas de sua formação, seja no nível técnico como obtenção de competências necessárias à atuação profissional ou no de sua formação cidadã que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Conceber fronteiras de aprendizagem diferentes das convencionais também tem sido nas últimas décadas uma demanda na educação de maneira geral. Algo que não é tão novo, pois Paulo Freire nas décadas 40 a 50 já propunha e executava essa tarefa. No, entanto é algo que mesmo com o passar do tempo segue encontrando muita resistência, principalmente por pensamentos e atitudes políticas conservadoras e tradicionais. O espaço da universidade, que é também um lugar de formação, promotor de reflexões e mudanças, tem acolhido essa perspectiva de romper com as paredes e muros que aprisionam e distanciam os conhecimentos e saberes. E a extensão vem se tornando umas das ferramentas demolidoras dessas barreiras físicas, dogmáticas e imaginárias que permeiam o processo de educação no Brasil.

Ao propor esta Pré-tese busca-se fomentar políticas para que as ações de extensão priorizem a comunidade externa e educação básica, apresenta-se as seguintes questões problemáticas: observa-se que há número considerável de projetos de extensão desenvolvidos na instituição que agem hermeticamente, ou seja, se fecha para a própria universidade, ferindo duas das diretrizes de políticas nacionais para extensão apresentadas acima (interação dialógica e impactos e transformação social); observa-se também que parte considerável dos projetos de extensão não atuam diretamente com ou na educação básica, o que



provavelmente contribui para um *déficit* no desenvolvimento de uma cultura extensionista e de pesquisa na universidade, que de forma cíclica receberá e formará alunos que desconhecem e ou que não estarão motivados por ou para estas práticas.

O Plano Nacional de Extensão de 2001, ao propor suas metas no quesito Articulação com a Sociedade referência claramente o desenvolvimento de programas de extensão ligados à ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica. Outro documento, Políticas Nacionais para Extensão Universitária (2012) que atualmente fomenta as políticas e ações de extensão também apresenta como um dos princípios básicos norteadores que a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica, por meio de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

A partir desta meta e deste princípio norteador, baseando-se na perspectiva do processo cíclico da educação, destaca-se a importância da atuação direta de projetos de extensão e pesquisa da universidade na ou com escolas e/ou instituições de educação básica, pois entende-se que assim se atenderá demandas de ambos seguimentos, além do fortalecimento e solidificação de uma cultura de extensão e pesquisa no estado ou na região que se situa a universidade. Ou seja, a universidade atuando com ou nas instituições de ensino básico afim de solucionar ou minimizar os problemas educacionais, sociais, etc. demandados por estas, também se beneficiará ao receber futuros acadêmicos motivados e habituados às atividades de extensão e também pesquisa. Para que se possa colocar em prática políticas, planos e projetos de extensão como apresentados nesta fundamentação, é importante que a universidade aja de maneira contundente com os demais seguimentos educacionais e sociais, é preciso comprometer-se com a educação e com a sociedade, mas não apenas formando cidadãos habilitados para o mercado de trabalho, formando profissionais “críticos”, comprometidos com o desenvolvimento social, cultural e político do estado, região e do país.

Destaca-se novamente que é preciso estimular e valorizar os programas ou projetos de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade, atividades de extensão que impliquem em relações *multi*, *inter* e ou transdisciplinares e interprofissionais de diversos seguimentos da universidade com a sociedade, principalmente na educação básica. Esta Pré-tese busca apresentar propostas e discutir conceitos sobre as formas de ingresso e permanência nos cursos ofertados pela UNEMAT, e as práticas de extensão é uma excelente aliada desse processo. Espera-se que as proposições aqui apontadas contribuam para que o III Congresso Universitário seja um rico espaço de debate e oportunidade de avanço e crescimento dessa universidade, cada vez mais importante no cenário do ensino superior do estado de Mato Grosso e do Brasil.

Pré-tese PROMOÇÃO DA EXTENSÃO NOS CURSOS PARCELADAS

A escolha do eixo extensão, com repercussão no Ensino e na Pesquisa, deu-se porque é preciso pensar que a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão deve ser uma realidade em qualquer curso de graduação, em qualquer modalidade. Os proponentes desta Pré-Tese compreendem que esta proposta tem grande importância e atualidade para a Universidade, pois está diretamente ligada à qualidade da formação acadêmica dos alunos; atualmente, da forma como os cursos Parceladas se realizam na UNEMAT, eles não promovem a Pesquisa e a Extensão, distorcendo a visão do acadêmico, que passa a entender a Universidade como um estabelecimento de Ensino; essa visão é redutora e não condiz com o papel que a UNEMAT desempenha no Mato Grosso, como difusora de Ciência e Tecnologia, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Institucionalmente, os proponentes entendem que a viabilidade enquanto melhoria institucional desta proposta dá-se por meio da formulação de Editais Seletivos, que devem reservar um percentual (sugere-se 20% no total) para Professores Pesquisadores, da UNEMAT ou de outra IES, vinculados ou não a um Programa de Pós-Graduação, mas com Pesquisa Institucionalizada. Esses professores, além do pagamento pelos trabalhos de Ensino, devem receber uma Bolsa, a fim de oferecerem um Projeto de Extensão, relacionado à sua Pesquisa. Entende-se que a relevância teórica e prática desta proposta se reverterá obviamente, e em primeiro lugar, na formação do aluno, pois ele terá oportunidade de



se envolver com atividades de formação, mas não necessariamente de Ensino. As razões para sua implantação estão mais uma vez voltadas para o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, que deve ser preservado e respeitado, como característica primordial de toda Universidade Pública.

As Universidades Públicas constituem espaços de produção de conhecimento, em todas as áreas, orientando suas ações em três eixos que se inter-relacionam entre si: Ensino, Pesquisa e Extensão. Tradicionalmente, compreende-se a Extensão Universitária como um conjunto de ações que se estende da Universidade para a Comunidade Acadêmica, com o objetivo de difundir conhecimentos, prestar serviços, estimular a produção de bens culturais e preservar a memória e as tradições. A Extensão, neste sentido, constitui um elo com sociedade, visto que, por meio de ações extensionistas, contínuas ou eventuais, compartilha-se com as comunidades interna e externa o conhecimento adquirido e acumulado no Ensino e na Pesquisa. Em decorrência dessa ligação com a comunidade externa, a Extensão exerce uma forte função social, que promove ações afirmativas e atividades de desenvolvimento social. A Extensão Universitária ganhou destaque no meio acadêmico a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil. Conforme Nogueira (s/d, p. 57): “No contexto de abertura política, os segmentos universitários – docentes, servidores técnico-administrativos e discentes –, além da sociedade civil em geral, passaram a discutir a Universidade como instituição pública e estatal, cobrando dela o seu compromisso com setores menos favorecidos da população”. Na ponta do Ensino e da Pesquisa, a Extensão Universitária beneficia, de um lado, a sociedade, com prestação de serviços, atendimento social e sanitário, atividades culturais e outros; de outro lado, a Extensão beneficia a própria Universidade, que ratifica um caminho dialético em que se encontram a teoria e a prática. Desta maneira, a Extensão constitui uma importante atividade acadêmica, que se coloca na condição de difusão e compartilhamento de conhecimentos e, de acordo com o que preconiza o Artigo 207 da Constituição Brasileira, Ensino, Pesquisa e Extensão devem receber tratamento igual ao dispensado ao Ensino e à Pesquisa. O mesmo documento adverte que a Extensão Universitária é um processo educativo, que “promove a formação humana e cognitiva do aluno”. De acordo com o texto de Política Nacional de Extensão Universitária, redigido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) em 2012, já não caber mais referir-se a extensão como elemento extracurricular ou coadjuvante no processo de concepção e formação universitária. Segue abaixo parte do texto para elucidação da afirmação.

Assim, no início da década de 2000, a Extensão Universitária já havia adquirido significativa densidade institucional, no que se refere à Constituição de 1988, à legislação federal e regulamentações do FORPROEX. Estava superada a concepção de que a Extensão Universitária seria simplesmente um conjunto de processos de disseminação de conhecimentos acadêmicos por meio de cursos, conferências ou seminários; de prestações de serviços, tais como, assistências, assessorias e consultorias; ou de difusão de conhecimento e cultura por meio de eventos diversos e divulgação de produtos artísticos. A Extensão Universitária tornou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. Uma via de mão-dupla ou, como se definiu nos anos seguintes, uma forma de “interação dialógica” que traz múltiplas possibilidades de transformação da sociedade e da própria Universidade Pública. (FORPROEX, 2012, p. 10).

Além de ser tornar uma excelência na inter-relação entre a universidade e a sociedade/comunidade, a extensão também pode ser vista como item fundamental para a permanência dos acadêmicos na universidade, devido ao seu fator integrador dos diversos saberes produzidos, reflexionados, transformados, intercambiados entre a academia, acadêmicos e comunidade. É perceptível observar nos universitários participantes de projetos de extensão, pesquisa, eventos, etc. um perfil mais comunicativo, mais dinâmico, participativo e crítico no universo acadêmico. Além de mais motivados e integrados ao processo de formação, pois muitos têm a oportunidade de potencializar saberes e habilidades próprias dependendo as atividades de extensão que atuam. Por isso ressalta-se que a universidade não deva somente formar ou capacitar pessoas para o mercado de trabalho, mas também formar seres humanos aptos a atuarem tanto



para o bem-estar pessoal quanto para o bem-estar social, cultural, político e econômico de sua região e país. Ao se estabelecer uma relação entre Extensão e Ensino, propõe-se que os acadêmicos se tornem protagonistas de sua formação, seja no nível técnico como obtenção de competências necessárias à atuação profissional ou no de sua formação cidadã que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social. Dessa maneira, emerge um novo conceito de 'sala de aula', que não mais se limita ao espaço físico tradicional de ensino-aprendizagem. 'Sala de aula' são todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se apreende e se (re)constrói o processo histórico-social em suas múltiplas determinações e facetas. O eixo pedagógico clássico 'estudante - professor' é substituído pelo eixo 'estudante – professor- comunidade'. (FORPROEX, 2012, p. 19).

Conceber fronteiras de aprendizagem diferentes das convencionais também tem sido nas últimas décadas uma demanda na educação de maneira geral. Algo que não é tão novo, pois Paulo Freire nas décadas 40 a 50 já propunha e executava essa tarefa. No, entanto é algo que mesmo com o passar do tempo segue encontrando muita resistência, principalmente por pensamentos e atitudes políticas conservadoras e tradicionais. O espaço da universidade devido ser diretamente um lugar de formação e promotor de reflexões e mudanças têm acolhido essa perspectiva de romper com os paredes e muros que aprisionam e distanciam os conhecimentos e saberes. Por essa razão a extensão tem se tornando ferramenta demolidora dessas barreiras físicas, dogmáticas e imaginárias que permeiam o processo de educação no Brasil. No texto Política Nacional da Extensão Universitária também se pode encontrar referências da indissociabilidade entre Extensão e Pesquisa, principalmente, no vislumbre da pesquisa-ação. Outras perspectivas entre essa relação são:

O primeiro refere-se à incorporação de estudantes de pós graduação em ações extensionistas. Essa importante forma de produção do conhecimento – a Extensão Universitária – pode e deve ser incorporada aos programas de mestrado, doutorado ou especialização, o que pode levar à qualificação tanto das ações extensionistas quanto da própria pós-graduação. O segundo desenvolvimento que aqui se defende é a produção acadêmica a partir das atividades de Extensão, seja no formato de teses, dissertações, livros ou capítulos de livros, artigos em periódicos e cartilhas, seja no formato de apresentações em eventos, filmes ou outros produtos artísticos e culturais. (FORPROEX, 2012, p. 20).

Na UNEMAT, a extensão é orientada pela Resolução No 017/2013 – CONSUNI, que regulamenta a política de Extensão na instituição, apresentando objetivos, caracterizando diferentes ações extensionistas e definindo os papéis das instâncias e dos agentes da Extensão. De acordo com essa Resolução 017/2013-CONSUNI, as ações podem ser em formato de Programa, Projeto, Cursos, Eventos e Disciplinas.

Toda a importante articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão percebida nos cursos regulares não acontece nos cursos oferecidos pelo Programa Parceladas: os alunos não têm acesso a projetos desenvolvidos à luz de uma pesquisa, nem como protagonistas nem como coadjuvantes de projetos que visam à difusão de conhecimentos, ou à prestação de serviços comunitários, ou ao estímulo de produção de bens culturais ou ainda à preservação da memória e das tradições populares. Isso é possível, se o Programa Parceladas estabelecer parcerias viáveis com os Programas de Pós-Graduação, de forma que Docentes e Mestrandos e Doutorandos possam desenvolver atividades extensionistas nas Parceladas, de forma que Ensino, Pesquisa e Extensão possam ser de fato um eixo indissociável em todos os cursos, de todas as modalidades.

Pré-tese PROMOÇÃO DA PESQUISA NOS CURSOS DE MODALIDADE PARCELADAS

Esta Pré-Tese concerne à garantia do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão junto às Modalidades de Cursos Diferenciados da Unemat. Propõe-se a criação de um mecanismo que promova a Pesquisa nos Cursos Parceladas. Esta Pré-Tese toma como base fundamental o princípio que rege todas as Universidades: o princípio da indissociabilidade entre Ensino Pesquisa e Extensão. Essa premissa abre o Estatuto da UNEMAT (texto grifado):

A Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, pessoa jurídica de direito público da administração indireta, instituída pelo Poder Público Estadual, criada sob a natureza de Fundação Pública, pela Lei Complementar Estadual nº. 30, de 15 de dezembro de 1993, modificada pela Lei



Complementar nº 319, de 30 de junho de 2008, com sede administrativa e foro no município de Cáceres/MT, com estrutura *multicampi* e atuação em todo o Estado de Mato Grosso, é uma entidade sem fins lucrativos e com duração indeterminada, dotada de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão patrimonial e financeira, *obedecendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*, e reger-se-á por este Estatuto, por seu Regimento Geral e pelas leis federais e estaduais disciplinadoras do ensino superior (ESTATUTO UNEMAT, Título I Da Instituição, Capítulo I Da Natureza Jurídica, Artigo 1º).

Não se questiona a aplicação desse princípio na dinâmica dos cursos ofertados em modalidade regular na UNEMAT. Todavia, o Programa Parceladas, no modelo em que se desenvolve hoje, não cumpre o princípio da indissociabilidade, visto que sua ênfase é prioritariamente o Ensino. De acordo com informações colhidas na página da UNEMAT:

O Programa Parceladas foi criado em 1992 como uma modalidade diferenciada de ensino, com o objetivo de atender inúmeras demandas de formação docente em diferentes regiões do estado de Mato Grosso. Os cursos são presenciais, alguns em regime parcelado e outros em regime contínuo, ofertados em rede continuada, para a formação em serviço de servidores públicos da educação básica do Estado de Mato Grosso³.

Criado em 1992, em 2017 o Programa Parceladas completa vinte e dois anos de serviços prestados a várias regiões de Mato Grosso, atendidas em sua urgência de formar profissionais para atender às demandas de diversas frentes de trabalho, principalmente a Educação. Porém é preciso pensar que o formato atual não abre espaço para a Pesquisa, como também não abre espaço para a Extensão. Com ênfase no Ensino, os cursos de graduação correm risco de se tornarem tecnicistas. Não se questiona o modelo Parceladas, inovador em sua proposta que visa a democratização do Ensino Superior. Afinal,

Em consonância com os objetivos do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), a UNEMAT, por meio do Programa Parceladas, tem como meta induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País⁴.

Questiona-se, porém, o alijamento de dois eixos importantes na formação acadêmica do aluno: a Pesquisa e a Extensão. Cabe à própria Universidade constituir caminhos que possam elevar o Ensino das Parceladas, oferecendo ao aluno a possibilidade de participar de projetos de Pesquisa, os quais, de uma forma ou outra, promovem também os Projetos de Extensão e ações de extensão. Em Alto Araguaia, em seu próprio Campus, no ano de 2017, desenvolvem-se – além dos Cursos regulares de Letras, Computação e Jornalismo (em transição para outro Campus) – dois Cursos na modalidade Parceladas: duas turmas de Direito e uma turma de Pedagogia. Também ligados ao Campus de Alto Araguaia, dois cursos seguem em Itiquira, na modalidade Parceladas: um Curso de Pedagogia e um Curso de Ciências Contábeis. A perspectiva é que em 2018, o Campus de Alto Araguaia tenha pelo menos mais três turmas do Curso de Direito atendidas na modalidade Parceladas: duas turmas em Alto Araguaia e uma turma no Núcleo de Rondonópolis. Essa é a realidade posta hoje no Campus de Alto Araguaia: os cursos em modalidade Parceladas superam os cursos regulares. Dessa maneira, acompanhando o dia-a-dia dessas turmas, compreendendo a sua dinâmica, foi possível perceber que esses cursos apresentam fragilidades que precisam ser corrigidas. Uma dessas fragilidades é a ausência de Pesquisa.

Sabe-se que, nos Cursos Regulares, os alunos são indiretamente atendidos pela Pesquisa, desde que tenha Professores Pesquisadores em seus quadros: pelo recorte teórico e crítico das referências bibliográficas, pelo conhecimento específico compartilhado em sala de aula e outros, ou *diretamente atendidos*, com oferta de Bolsas de Iniciação Científica, por meio de eventuais editais de bolsa. Tudo isso funciona em um curso regular, mas não funciona para os Cursos Parceladas, cuja forma de seleção de docentes dá-se por editais que exigem mínima qualificação do professor. Compreendendo que o Programa Parceladas precisa melhorar nesse aspecto e, compreendendo também que o programa possui diferentes formatos de

³ Disponível em <http://www.unemat.br/proeg/parceladas/?link=apresentacao>. Último acesso em 29.abril.2017.

⁴ Disponível em <http://www.unemat.br/proeg/parceladas/?link=apresentacao>. Último acesso em 29.abril.2017.



calendário acadêmico, os proponentes desta Pré-Tese, propõem uma alternativa para minimizar o problema da Pesquisa nessa modalidade de ensino: uma reserva de 20% no total das disciplinas, para Professores Pesquisadores. Essa é maneira de garantir o vínculo formal, que necessariamente pela Docência, entre Ensino e Pesquisa em sala de aula, mesmo que apenas indiretamente. Os proponentes defendem essa proposta, pois entendem que os alunos das Parceladas precisam ter acesso à Pesquisa, a fim de amadurecer a sua visão de conhecimento e de produção de conhecimento. A pesquisa abre caminhos para a transformação social. Se inseridos apenas em contexto de Ensino, como ocorre no atual modelo, a formação acadêmica dos alunos ficará aquém de seu ideal. A página da UNEMAT, na sessão Pós-Graduação, apresenta uma expansão dos Programas de Pós-Graduação na instituição:

A pós-graduação *stricto sensu* da Unemat teve seu início em 2006, e a partir deste ano, presenciou um crescimento expressivo, atendendo diversas áreas do conhecimento, em atendimento às demandas regionais do Estado e internas da instituição, contribuindo para o fortalecimento dos campi universitários, disseminando conhecimento e pesquisa a todo o território nacional. Atualmente a Unemat conta com 19 Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* aprovados pela Capes. Estes programas contemplam 23 Cursos, sendo 16 Mestrados (11 acadêmicos e 05 mestrados profissionais em rede), bem como 07 doutorados, sendo 04 doutorados institucionais e 03 doutorados em rede. (Atualizado 02/2017)

Com a expansão dos Programas de Pós-Graduação na UNEMAT, com Docentes ligados a diversos Programas, e com Mestrados e Doutorandos participando de Pesquisas importantes para o desenvolvimento científico, social, cultural, tecnológico do Estado de Mato Grosso, entendemos que é possível estreitar os laços entre os Programas de Pós-Graduação com os Cursos Parceladas, ampliando o potencial de pesquisa dos programas e melhorando o nível de formação acadêmica das Parceladas. É uma forma de superar problemas internos com articulação por meio de editais e de parcerias, conforme advertem Mello, Almeida Filho e Janine Ribeiro: “Cabe à instituição acadêmica, matriz dessa mudança paradigmática, promover modelos mais abertos, interdisciplinares e engajados de processos educativo, cultural e científico”⁵.

Dessa maneira, essa proposta se justifica a partir de cada um de seus objetivos. O primeiro deles diz respeito à inserção de Pesquisa e/ou Pós-Graduação a partir da fixação de pelo menos 20% do quadro docente que sejam professores Assistentes e/ou Adjuntos vinculados, preferencialmente, à pós-graduação, que possam fomentar a Pesquisa. O segundo, busca promover a Pesquisa na modalidade de Ensino Diferenciado. E o último, dar prioridade aos professores dos Programas de Pós-Graduação da UNEMAT e de outras instituições a participarem dos editais seletivos dos Cursos de Modalidade Diferenciada.

No que se refere à relevância teórica e prática dos objetivos propostos tem-se que o Ensino Superior precisa se adaptar às novas demandas da sociedade brasileira, afetada por uma série mudanças, dentre as quais a cobertura pela rede ubíqua da internet. Dessa maneira, têm surgido várias modalidades de Ensino com aporte na Internet. A UNEMAT oferece algumas modalidades especiais de Ensino de Graduação, dentre as quais os Cursos Parceladas. Essa modalidade Especial de Ensino, Parceladas, constitui uma importante maneira de levar o Ensino Superior às regiões mais distantes do Estado de Mato Grosso, porém, o grande problema dessa modalidade é o alijamento da Pesquisa e da Extensão. Essa realidade afeta diretamente na formação acadêmica: o aluno, de maneira geral, compreende a Universidade como um estabelecimento de Ensino, apenas, como ocorre no Ensino Médio. Nesse sentido, entende-se que é preciso agir sobre a Modalidade de Ensino Parceladas. A proposta é que os Editais de Seletivo reservem um percentual de vagas (sugere-se aqui pelo menos 20%) para Professores Pesquisadores, de preferência vinculados a Programas de Pós-Graduação. Essa é uma maneira de estender para os acadêmicos dessa modalidade de Ensino, os Projetos de Pesquisas que se desenvolvem nos programas da UNEMAT e em outras instituições.

⁵ MELLO, Alex Fiúza de; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma universidade socialmente relevante. In: *Atos de Pesquisa Em Educação – PPGE/ME FURB*. ISSN 1809– 0354 v. 4, nº 3, p. 292-302, set./dez. 2009.



Os principais aspectos da pré-tese são referentes à participação de professores pesquisadores junto a uma coordenação que integre o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Isso ocorreria com o oferecimento de palestras, cursos e atividades avaliativas de gênero de escrita acadêmica (fichamentos, resenhas, produção de artigos científicos entre outros), além de proporcionar eventos de divulgação de pesquisa e de poder ser contemplado com Bolsas de Produção Científica (a ser regulamentada). No tocante à participação do acadêmico, este passaria a vivenciar experiências acadêmicas e científicas, as quais, normalmente, não têm sido oferecidas a esta clientela. Esta proposição possibilitaria o oferecimento de Bolsas de Iniciação Científica (a ser regulamentada). Razões fundamentais para implementação desta pré-tese. Outro aspecto desta pré-tese é o oferecimento de Programas de Pós-graduação *Lato Sensu* nas áreas afins, sejam para atender demandas imediatas, assim como demandas futuras. Tal proposta proporcionaria o fortalecimento do *Campus* ou Núcleo, no tocante a planejamentos plurianuais.

Pré-tese POLÍTICA ESTUDANTIL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A permanência do aluno nos cursos de graduação tem-se tornado um desafio para todas as Universidades. A evasão das Instituições de Ensino Superior têm, via de regra, conexão com as condições financeiras dos alunos, os quais precisam trabalhar para provimento do próprio sustento e, muitas vezes, da família. A UNEMAT possui uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), voltada para assuntos relacionados à Assistência Estudantil, a qual visa “garantir aos estudantes uma permanência digna na Universidade, oferecendo a eles programas que vão desde o auxílio alimentação (ajuda de custo ou Restaurantes Universitários)”. Não pretende ser apenas assistencialista, mas também “inserir o cotidiano do aluno na instituição ou vice-versa”⁶. Estudos de metodologia mista, quantitativa e qualitativa, já foram empreendidos neste sentido. Andrés (2011, p. 5) mostra que grande parte do aluno, por exemplo, desloca-se para fazer um curso de graduação:

35% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e de apoio efetivo. No que concerne à alimentação, o Restaurante Universitário (RU) constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa, de ação social e de convivência universitária para 19% dos estudantes pesquisados.

E o problema não restringe às Universidades Públicas, também acontece nas Universidades de iniciativa privada. Por isso, os governos federal, estaduais e municipais têm desenvolvido programas de ação afirmativa no ensino superior, de modo a promover a permanência do aluno nos cursos de graduação. Cada instituição, vive sua própria realidade, por isso, as soluções são diversas. Mas o fato é, lembra (Andrés (2011, p. 6), que:

Sejam elas públicas (federais, estaduais ou municipais) ou privadas (com ou sem fins lucrativos), universidades, centros universitários, institutos ou faculdades, as IES brasileiras vêm então desenvolvendo à moda própria seus projetos e programas de assistência estudantil, nos quais os itens mais presentes são o apoio à alimentação e as bolsas parciais/integrais de estudo, programas estes com condições de admissão variadas conforme as respectivas normativas internas.

Esta pré-tese tem como finalidade retomar um aspecto humanista da formação acadêmica do aluno: relacionar-se de forma positiva e colaborativa com as comunidades mais vulneráveis da sociedade. Esta proposta refere-se pontualmente a dois grupos comunitários: as *comunidades de resistência*, representadas aqui por quilombolas, aldeias indígenas e assentamentos, e as *instituições de assistência social*, compreendidas aqui como asilos, orfanatos, casas de reabilitação social, casas de repouso, hospitais e outras instituições que recebem indivíduos com necessidades de assistência física, psicológica ou mental. A ideia é resistir a uma tendência que, de certa forma distorcida, estuda as comunidades de resistências por meio de livros e artigos científicos. É preciso se aproximar delas, vivenciar seu cotidiano e sondar seus anseios com uma finalidade propositiva e transformadora.

⁶ Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=prae&m=apresentacao>. Último acesso em 05.05.2017.



Pretende-se, como Política Estudantil, despertar o desejo do acadêmico permanecer no curso pela descoberta de razões não financiáveis: a consciência do poder de transformação social que cada curso tem, seja de licenciatura, seja de bacharelado. O acadêmico verdadeiramente envolvido em seu curso de graduação, se esforçará ao máximo para nele permanecer e dele construir sua carreira; desta ideia, vem a proposta de propiciar aos alunos o desenvolvimento de Projetos de Extensão, como proponentes, em *comunidades de resistência* ou em *instituições de assistência social*, a fim de constituir uma esfera de vivência social autêntica junto a essas comunidades. A criatividade e a iniciativa podem gerar, na vida profissional futura desses alunos, projetos maiores. Para estimular o aluno, esta proposta entende que os proponentes devem receber subsídio de uma Bolsa, provisoriamente aqui chamada de Bolsa Criatividade, sob a supervisão de um Professor Orientador. Entende-se que esta proposta é grande importância e atualidade, visto que um dos maiores problemas das Universidades Pública é a evasão de alunos, um problema que não se consegue combater apenas com ajuda financeira, mas também com o engajamento espontâneo com as demandas sociais. Dessa maneira, esta proposta promove melhorias institucionais, uma vez que se trata de uma Política Estudantil que impacta diretamente no eixo ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO, em toda a extensão teórica e prática, o que oferece razões para sua implantação.

Pré-tese GESTÃO E POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO

Estrutura Organizacional igual em todos os campi

A estrutura organizacional de uma instituição define e reproduz a forma como são dispostas as atividades desenvolvidas por esta. Segundo Hall (2004), as estruturas organizacionais executam três funções básicas que são produzir resultados organizacionais, minimizar a influência das variações individuais na organização e apresentar um cenário no qual as decisões são tomadas e as atividades realizadas. A Universidade do Estado de Mato Grosso apresenta um desenho institucional de estrutura *multicampi* e sede administrativa. Os *campi* da UNEMAT são localizados em diferentes pontos do estado e visam, em sua concepção inicial, atender a população do interior do Estado de Mato Grosso. Porém, ao observarmos o organograma da instituição verificamos que não existe uma relação dialógica entre a estrutura de seus *campi*. Compreendemos que, ressaltando a estrutura física, os *campi* da Universidade necessitariam apresentar uma equidade de setores, conselhos, assessorias, etc. Enfim, todos os seus *campi*, independentemente do tamanho e/ou número de cursos, deveriam apresentar uma estrutura organizacional idêntica, visando garantir um padrão de qualidade mínimo e congêneres entre os mesmos. Este modelo de estrutura já é utilizado em outras universidades, destacando o exemplo da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, com *campi* nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Esta Universidade utiliza em seu modelo de estrutura um padrão onde os órgãos administrativos e deliberativos constantes para garantir o bom funcionamento e desenvolvimento institucional da UFFS estão presentes igualmente na sua base, os *campi*, garantindo representatividade e condições de gestão equitativas em todos os *campi* da universidade.

Para Almeida Júnior; Tosta (2011), esse aspecto é bastante interessante porque confere maior possibilidade de planejamento transversal e desenvolvimento institucional de modo equânime entre os *campi*, evitando disputas muitas vezes corporativas pelo poder e por maiores recursos. Em resumo, não se estabelece a priori a relevância de determinado campus em relação ao outro, o que evita a possibilidade de campus desenvolvido e outro menos desenvolvido numa mesma universidade. Ressalta-se ainda, que a partir da adoção de um sistema estrutural único, devemos buscar mecanismos que garantam de fato sua implementação em todas as unidades existentes e nas que ainda estão sendo estudadas as possibilidades de implantação. Em se falando de estrutura, não devemos nos esquecer dos recursos humanos necessários ao bom andamento dos trabalhos dentro de qualquer instituição. Para que se possa ter uma gestão eficiente destes recursos é necessário que se faça um planejamento de suas necessidades: “O planejamento de recursos humanos representa um processo de decisão a respeito dos recursos humanos necessários para atingir os objetivos organizacionais dentro de determinado tempo” (CHIAVENATO, 2009, p. 28). Este planejamento deve contemplar todas as áreas de uma organização e também todas as atividades desenvolvidas dentro da instituição.



Na Universidade do Estado de Mato Grosso, quando se pensa a abertura de um *campus* ou mesmo um curso novo em um *campus* já existente, é feito um planejamento dos recursos financeiros, estruturais e humanos necessários ao bom andamento do projeto. No entanto, em se tratando de recursos humanos, estas programações se atêm apenas ao corpo docente imprescindível para que se coloque em prática o objetivo proposto, não levando em consideração a demanda de profissionais técnicos para o desenvolvimento das atividades pertinentes aos mesmos, tarefas estas indispensáveis e tão relevantes quanto as demais dentro da instituição. A proposta de que se faça um planejamento, ou que se vislumbre no planejamento existente, toda mão de obra essencial para a abertura de novos cursos e/ou *campus* visa corrigir esta dissonância além de possibilitar que as incumbências pertinentes a cada servidor sejam realizadas de acordo com a necessidade e urgência das mesmas.

Funcionograma

O estabelecimento claro das funções a serem desempenhadas por cada colaborador dentro de determinado setor em uma organização sempre foi um desafio para seus gestores. No entanto este fator é de crucial importância para que se obtenha sucesso na realização das atividades propostas por cada instituição. Para Chiavenato (2016, p. 6):

As organizações são criadas para produzir algo: produto ou serviços. [...]. Podem funcionar somente quando as pessoas estão em seus postos de trabalho e desempenham adequadamente os papéis para os quais foram selecionadas, admitidas e preparadas. Para tanto, as organizações delineiam sua estrutura formal, definem órgãos e cargos e preestabelecem, com maior ou menor volume de regras burocráticas, os requisitos necessários e as atribuições a serem concedidos aos seus membros (CHIAVENATO, 2016, p. 6).

Ainda segundo o Autor, é necessário que a organização tenha um desenho de cargos cujo principal objetivo é estabelecer quais as tarefas que o ocupante de cada setor deve desempenhar e quais os métodos de trabalho devem ser utilizados. Na Universidade do Estado de Mato Grosso, apesar das qualificações necessárias para a ocupação de um cargo e as funções que cada servidor deve realizar no ambiente de trabalho serem definidas no edital do concurso, estas se apresentam de forma generalizada dando margem a várias formas de interpretação. As tarefas de responsabilidade de cada colaborador não são apresentadas de forma explícita, podendo ocasionar equívocos sobre o que de fato é a sua função e o que é incumbência de outra pessoa.

Portanto, a proposta de instituir um funcionograma, que apresente de forma clara e detalhada as atribuições de cada indivíduo dentro da instituição, tem como objetivo sanar eventuais distorções e/ou controvérsias no processo produtivo, principalmente no que se refere às obrigações outorgadas a cada um, visando proporcionar uma melhor relação entre os setores e garantir a eficiência e eficácia pertinentes ao serviço público.

Políticas de Financiamento

Nos últimos anos a crise econômica vem assolando os Governos Federais, Estaduais e Municipais resultando na contenção dos gastos públicos (como a Emenda Constitucional 95/2016, que limita os gastos do governo por 20 anos, incluindo a educação a partir de 2018). Com este cenário a previsão é que os recursos para Instituições de Ensino Superior Públicas apresentem uma redução, propiciando um arrocho e possível crise na sustentação das Universidades. A Universidade do Estado de Mato Grosso obtém recursos financeiros por meio de repasses do Governo Estadual garantidos através da Emenda Constitucional 66 de 03/07/2013 (fixando o percentual de 2,5% da Receita Corrente Líquida do Estado de Mato Grosso até 2018), além de recursos advindos de fontes externas como FAPEMAT, FINEP, CNPq e CAPES, sendo que nossa maior parcela de recursos advém do Governo de Mato Grosso e pode oscilar conforme sua arrecadação. Em matéria publicada no Jornal da Unesp, o cientista político Marco Aurélio Nogueira expõe



que “o problema é que a universidade tem gastos progressivamente crescentes e precisa buscar outros recursos”⁷.

Essa tese fundamenta-se na parceria público-privada tendo em vista a redução de investimentos públicos e a diversificação de fontes de financiamento. De acordo com o relatório do Banco Mundial (1995), “a experiência demonstra que se quer que as instituições estatais melhorem sua qualidade e eficiência, os governos deverão efetuar reformas importantes no financiamento a fim de mobilizar mais recursos privados para o ensino superior em instituições estatais (...) de várias maneiras: (...) utilização de fontes externas; realização de outras atividades que gerem receitas” (apud CHAVES, 2015). A fim de ampliar a captação de recursos, sugerimos a geração de recursos próprios por meio da: prestação de serviços técnicos a outros órgãos/empresas; fabricação de produtos para venda a terceiros ou para o atendimento de demandas internas; realização de convênios com outras instituições que propiciem, por meio de parcerias, a melhoria da estrutura física dos *campi*. Dessa forma teríamos um complemento de receitas através de recursos diretamente arrecadados.

Baseamos esta ideia na experiência da Universidade de Brasília, na qual seu orçamento é composto, além dos Recursos do Tesouro Nacional, de receitas oriundas da prestação de serviços e produção de bens e de convênios celebradas com instituições públicas e privadas. De acordo com o Relatório Parcial de Gestão 1997-2000 da Universidade de Brasília, no ano de 2000 a distribuição do orçamento da UnB ficou da seguinte forma: 66,7% advindo do Tesouro Nacional, 26,1% da arrecadação própria (prestação de serviços e venda de produtos) e 7,2% de Convênios⁸. A viabilização de negócios e trabalhos conjuntos, além de se apresentar como uma alternativa de financiamento promove uma conquista maior do mercado de serviços e da interação com a comunidade, trazendo acima de tudo a visibilidade para a Universidade. Neste sentido, o reitor da UNESP, Antonio Manoel dos Santos Silva⁹, em matéria publicada no Jornal da Unesp salienta que:

A universidade não pode se recusar a ter uma relação mesmo que crítica, com o mundo do mercado. Isso inclui as empresas, indústrias e bancos que o integram. Se não fizer isso, ela se omitirá de um problema social sério, que é a formação das elites empresariais e das pessoas que trabalham nessas empresas que visam ao lucro. A universidade não pode ser crítica só formando os críticos da sociedade do lucro. Ela precisa exercer a crítica atuando no mundo do lucro.

⁷ D' AMBROSIO, Oscar. Universidade Pública: Há um futuro para ela?. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/148/unipubli.htm>. Último acesso em 03.Mai.2017.

⁸ Disponível em: <http://unb2.unb.br/contasanuais/downloads/relatoriodegestao2003.pdf>. Último acesso em 03.05.2017.

⁹ D' AMBROSIO, Oscar. Universidade Pública: Há um futuro para ela?. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/148/unipubli.htm>. Último acesso em 03.Mai.2017.



EXTRATO

Eixo 1: Graduação

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
GRADUAÇÃO	1. Melhorias nos Cursos do Programa Parceladas 1. Melhorias nos cursos de modalidades diferenciadas.	Garantir o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão em todos os Cursos oferecidos pela UNEMAT. 1. Em consonância com a realidade das outras propostas de pesquisa, pós-graduação e extensão.	Tornar realidade o princípio da indissociabilidade nos cursos do Programa Parceladas. 1. Nos câmpus e/ou núcleos que têm problemas de baixa procura.	Firmar parcerias com Programas de Pós-Graduação da UNEMAT e de outras instituições. 1. Propor o oferecimento nos câmpus e núcleos com baixa demanda de modalidades diferenciadas.
	2. Novas formas de ingresso. 1. IDEM 2. IDEM	Possibilitar o acesso de mais alunos à Universidade. 1. IDEM 2. IDEM	Propõe-se a implantação a partir de 2018. 1. IDEM 2. IDEM	Implantação do vestibular seriado, por agendamento virtual ou presencial e entrada por histórico escolar e/ou redação. 1. Após o não preenchimento do SISU ou vestibular que tenhamos novas possibilidades de ingresso como: 1 - chamadas com a utilização de notas de qualquer ENEM e 2 - vestibular por agendamento com data estipulada por edital. 2. Propõe-se que, no vestibular da UNEMAT, o aluno possa escolher dois cursos para concorrer, não alcançando a pontuação suficiente para a primeira opção, que passe a concorrer para a segunda opção.
	3. Reformulação do Programa Parceladas, que hoje se desenvolve com ênfase no Ensino. 1. Melhorias nos cursos de modalidades diferenciadas.	Constituir políticas que estendam a Pesquisa e a Extensão nos Cursos do Programa Parceladas. 1. Em consonância com a realidade das outras propostas de pesquisa, pós-graduação e extensão.	Melhorar a formação acadêmica dos alunos matriculados nos cursos do Programa Parceladas. 1. Nos câmpus e/ou núcleos que têm problemas de baixa procura.	Convênios e acordos com Programas de Pós-Graduação. 1. Propor o oferecimento nos câmpus e núcleos com baixa demanda de modalidades diferenciadas.
	4. Fortalecimento do Ensino por meio de projetos de Extensão destinados ao atendimento de comunidades vulneráveis.	Fortalecer o Ensino de Graduação por meio de ações que pró-ativas, que visem o bem-estar social e o desenvolvimento de comunidades	Elevar a expectativa do aluno em relação ao potencial transformador de seu curso de Graduação.	Durante o ano, incentivar, por meio de aulas práticas, de campo e à distância, o contato com comunidades de resistência.



	1. Abrir para a possibilidade de desenvolvimento de projeto não vinculado a áreas de graduação. 2. Que o programa abranja também eixos da sociedade, não apenas com vulnerabilidade social.	vulneráveis. 1. IDEM 2. IDEM	1. IDEM 2. IDEM	1. IDEM 2. IDEM
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------	--------------------	--------------------

Eixo 2: Pós-Graduação

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
PÓS-GRADUAÇÃO	5. Programas de Pós-Graduação podem estimular a Pesquisa e a Extensão nos Cursos Parceladas. 1. IDEM	Estreitar parcerias com Programas de Pós-Graduação, a fim de repercutir as pesquisas em forma de Extensão nos Cursos Parceladas. 1. IDEM	Aproximar a Graduação da Pós-Graduação, de forma que beneficie o Programa Parceladas. 1. IDEM	Parcerias com Programas de Pós de Pós-Graduação, a fim de que Professores Pesquisadores, Mestrandos e Doutorandos possam estender suas pesquisas, por meio de Extensão, aos alunos das Parceladas. 1. Estender o estágio da pós-graduação para todos os cursos de modalidades diferenciadas.
	6. Estabelecer convênios com Programas de Pós-Graduação, de forma que os cursos do Programa Parceladas recebam em seus quadros docentes Professores Pesquisadores da UNEMAT e de outras instituições. 1. IDEM 2. Estabelecer convênios com Programas de Pós-Graduação, de forma que os cursos de modalidades diferenciadas recebam em seus quadros docentes Professores Pesquisadores da UNEMAT e de outras instituições.	Estimular professores dos programas de Pós-Graduação da UNEMAT e de outras instituições a participarem dos editais seletivos das Parceladas. 1. IDEM 2. Estimular professores dos programas de Pós-Graduação da UNEMAT e de outras instituições a participarem dos editais seletivos das modalidades diferenciadas.	Estender os resultados dos Programas de Pós-graduação em cursos Parceladas. 1. IDEM 1. IDEM	Criar uma Bolsa específica para professores de Pós-Graduação que oferecerem disciplinas nos cursos do Programa Parceladas. 1. Criar bolsas para professores que não estejam atuando em regime de D.E. 2. Criar uma bolsa específica para professores que oferecerem e/ou trabalharem em cursos de <i>lato sensu</i> nas modalidades diferenciadas.



Eixo 3: Pesquisa

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
PESQUISA	7. As Pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação podem, por meio da Extensão, repercutir nos Cursos do Programa Parceladas. 1. As pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação ou pesquisas aprovadas por órgãos de fomento, por meio de pesquisa.	Promover a Pesquisa nos Cursos Parceladas, por meio de projetos de Extensão. 1. Promover a Pesquisa nos Cursos Parceladas, por meio de projetos de pesquisa.	Incentivar a formação de Grupos de Pesquisa. 1. IDEM	Por meio de Editais Seletivos dos Cursos do Programa Parceladas, reservar um percentual para Professores Pesquisadores. 1. IDEM
	8. Garantia do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, na modalidade de Ensino Parceladas.	Promover a Pesquisa, por meio do Professor Pesquisador, nos cursos do Programa Parceladas.	Constituir mecanismos que possibilitem o acesso do aluno dos cursos do Programa Parceladas às Pesquisas, por meio do corpo docente.	Reservar 20% das vagas dos Editais Seletivos para Professores Pesquisadores da UNEMAT ou outras Instituições.

Eixo 4: Extensão e Cultura

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
EXTENSÃO E CULTURA	9. Extensão nos cursos oferecidos pelo Programa Parceladas. 1. Extensão nos cursos oferecidos nas modalidades diferenciadas.	Buscar alternativas para tornar a Extensão uma realidade nos cursos de Graduação oferecidos pelo Programa Parceladas. 1. Buscar alternativas para tornar a Extensão uma realidade nos cursos de Graduação oferecidos pelas modalidades diferenciadas.	Promover projetos de Extensão nos cursos Parceladas, de forma que o aluno vivencie novas formas de aprendizagem. 1. Promover projetos de Extensão nos cursos de modalidades diferenciadas, de forma que o aluno vivencie novas formas de aprendizagem.	Incentivar Mestrandos e Orientandos dos Cursos de Pós-Graduação da UNEMAT ou de outras instituições a desenvolverem projetos de extensão nos Cursos Parceladas. 1. Incentivar alunos dos Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> da UNEMAT ou de outras instituições a desenvolverem projetos de extensão nos Cursos de modalidades diferenciadas.
	10. Valorização da Extensão.	Incentivar a prática da extensão.	Fortalecer o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.	Regulamentação do aproveitamento quando houver equivalência entre curso de extensão (carga horária e ementa) e a disciplina de na graduação.
	11. Políticas de atuação na escola pública. 1. Políticas de atuação nas escolas públicas e nos primeiros semestres dos cursos de graduação como nivelamento.	Incentivar a prática da extensão na comunidade externa. 1. Incentivar a prática da extensão nas comunidades interna e externa.	Minimizar os problemas educacionais e sociais. 1. IDEM	Atuação mais expressiva nas escolas de educação básica com objetivo de melhoria do ensino e aprendizagem, bem como na comunidade por meio de troca de saberes. 1. Atuação mais expressiva na educação básica e na graduação com objetivo de melhoria do ensino e aprendizagem.



	12. Promoção de Projetos de Extensão na comunidade externa.	Promover o desenvolvimento de Projetos de Extensão em comunidades vulneráveis: comunidades de resistência e instituições sociais.	Estreitar os laços com a comunidade externa por meio de Projetos de Extensão.	Publicação Anual de um Edital para Bolsa Criativa (nome pró-forma).
--	-------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------

Eixo 5: Gestão

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
Gestão	13. Novas formas de ingresso. 1. IDEM	Possibilitar o acesso de mais alunos à Universidade. 1. IDEM	Propõe-se a implantação a partir de 2018. 1. IDEM	Regulamentação do vestibular seriado, por agendamento virtual ou presencial e entrada por histórico escolar e/ou redação. 1. Após o ingresso pelo ENEM e vestibular, esgotando-se as chamadas e sobrando vagas a serem preenchidas que sejam normatizadas novas formas de ingresso como: 1 - chamada especial com utilização de qualquer ENEM; e 2 - vestibular por agendamento com data estipulada em edital próprio.
	14. Readequar a Estrutura Organizacional. 1. IDEM	Estabelecer tratamento equânime em todas as unidades. 1. Garantir qualidade na prestação dos serviços e otimização dos recursos.	Em todos os <i>campi</i> da Universidade. Estabelecendo uma estrutura igual para todas as unidades, teremos uma melhor distribuição de trabalho, evitando o acúmulo de funções e dinamizando o desenvolvimento das atividades. 1. Garantir alinhamento das atividades com os cargos.	Reestruturar o Organograma da Instituição, igualando a estrutura organizacional dos demais <i>campi</i> a do campus com maior estrutura. 1. Selecionando técnicos para as pró-reitorias atividades meio e docentes para as pró-reitorias de atividades fins.
	15. Estabelecer lotação mínima de profissionais técnicos para cada unidade, respeitando a estrutura organizacional.	Garantir recursos humanos suficientes para execução das atividades, criação de cursos/campus.	Em todos os <i>campi</i> da Universidade.	Definir, por meio de levantamento, a demanda mínima de profissionais técnicos necessários para o funcionamento das unidades.
	16. Constituir um funcionograma técnico.	Proporcionar maior clareza sobre as funções de cada servidor/setor.	Em todos os <i>campi</i> e Sede Administrativa.	Fixar, de maneira clara e detalhada, as atividades que são de competência de cada função/setor.



Eixo 6: Política Estudantil

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
Política Estudantil	17. Alunos como proponentes em Projetos de Extensão destinados ao atendimento de comunidades de resistência ou em instituições de assistência social.	Desenvolver uma Política Estudantil que também promova a consciência social do acadêmico.	Promover a permanência do aluno nos cursos de Graduação por meio de ações sociais.	Oferecer ao aluno a oportunidade de propor um Projeto de Extensão em comunidades de resistência.

Eixo 7: Política de Financiamento

Eixo	Proposição	Objetivos	Meta	Estratégia
Políticas de Financiamento	18. Buscar alternativas de captação de recursos financeiros.	Proporcionar novos investimentos e garantir maior qualidade no serviço prestado.	Na Universidade do Estado de Mato Grosso.	<ul style="list-style-type: none">- Prestação de serviços (Editora; assessorias técnicas e científicas; palestras; cursos, entre outros)/comercialização de produtos desenvolvidos pela instituição.- Criar política de incentivo às parcerias com entes públicos e privados.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Vicente de Paula; TOSTA, Kelly Cristina Benetti Tonani. Universidade pública, democrática e popular: os desafios da implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, 2011, pp. 25-36. Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil.

ANDRÉS, Aparecida. Aspectos Da Assistência Estudantil Nas Universidades Brasileiras. Disponível em: [Http://Www2.Camara.Leg.Br/Documentos-E-Pesquisa/Publicacoes/Estnottec/Areas-Da-Conle/Tema11/2011_4354.Pdf](http://Www2.Camara.Leg.Br/Documentos-E-Pesquisa/Publicacoes/Estnottec/Areas-Da-Conle/Tema11/2011_4354.Pdf). Último Acesso Em: 05.05.2017.

BATISTA, R. Vestibular Seriado. Mundo Vestibular. Disponível em: <<http://vestibular.mundoeducacao.bol.uol.com.br/universidade-para-todos/vestibulares-seriados.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BRASIL. Constituição Federal 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Último acesso em: 01.Maio.2017.

BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. Disponível em: http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extensao_Universitaria_FORPROEX-2012.pdf. Último acesso em 01.Maio.2017.

BRASIL. Constituição Federal 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Último acesso em: 01.Maio.2017.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 28 abr. 2017

CHAVES, Vera Lúcia Jacob Chaves. Política de Financiamento e a Expansão da Educação Superior no Brasil: o Público e o Privado em Questão. *Revista Educação Temática Digital*. Campinas/SP, v. 17, n.2, p.427-441, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635212/7085>. Acesso em: 27 abr. 2017

CHIAVENATO, Idalberto. *Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa*. 7. ed. rev. e atual. – Barueri, SP: Manole, 2009.

_____. *Desempenho humano nas empresas: como desenhar cargos e analisar o desempenho para alcançar resultados*. 7. ed. ver. e atual. – Barueri, SP: Manole, 2016.

CORBURCCI, Paulo Roberto; MARQUES, Paulo Marcello Fonseca Marques. Fontes de Financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior: Um Estudo sobre a Universidade de Brasília. Texto Para Discussão nº 999. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, nov. 2013.

CESPE, CEBRASPE, UNB. Guia do PAS 2016. Disponível em: <http://www.cespe.unb.br/pas/arquivos/Guia%20do%20Pas%202016_versao%20digital.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.



D' AMBRÓSIO, Oscar. Os graves problemas vividos pelas universidades públicas paulistas vêm à tona na esteira do recente movimento grevista. *Jornal da Unesp*, Ano XV, nº 148, julho/2000. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/148/unipubli.htm>. Acesso em: 27 abr. 2017

ESTATUTO DA UNEMAT. Resolução Nº 002/2012 – CONCUR. Disponível em: http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/curador/3151_res_curador_2_2012.pdf. Último acesso em 30.Abril.2017.

FUMEC - Como funciona o vestibular por agendamento. Disponível em: <<http://www.fumec.br/blog/vestibular-2/vestibular-agendado/>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012.

_____. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001.

HALL, Richard H. *Organizações: estruturas, processos e resultados*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MATO GROSSO. Constituição (1989). Emenda Constitucional nº 66, de 03 de julho de 2013. Altera o Art. 245 e o Art. 246 da Constituição do Estado de Mato Grosso. Disponível em: <http://app1.sefaz.mt.gov.br/0425762E00551975/250A3B130089C1CC042572ED0051D0A1/DF6B8B1E213ABE3E84257B6700604549>. Acesso em: 28 abr. 2017

MELLO, Alex Fiúza de; ALMEIDA FILHO, Naomar de; RIBEIRO, Renato Janine. Por uma universidade socialmente relevante. In: *Atos de Pesquisa Em Educação – PPGE/ME FURB*. ISSN 1809– 0354 v. 4, nº 3, p. 292-302, set./dez. 2009.

Mundo Vestibular. Processo Seletivo Seriado. Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/articles/15755/1/Processo-Seletivo-Seriado/Paacutegina1.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

Mundo Vestibular. Vestibular Agendado, entenda como funciona! Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/articles/14985/1/Vestibular-Agendado-entenda-como-funciona/Paacutegina1.html>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PAS - Programa de avaliação seriada – UnB. Disponível em: <<http://www.cespe.unb.br/pas>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

PASUSP – Programa de Avaliação Seriada da USP. Pró-reitoria de graduação da USP. Resolução CoG-6.823 de 27/06/2014. Disponível em:<<http://www.prg.usp.br/wp-content/uploads/PASUSP-2014.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

Resolução Nº 001/2015 – Relatório Conclusivo da autoavaliação do ciclo 2013-2015 da Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Parceladas. Disponível em <http://www.unemat.br/proeg/parceladas/?link=apresentacao>. Último acesso em 29.abril.2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Disponível Em: <Http://Portal.Unemat.Br/?Pg=Site&I=Prae&M=Apresentacao>.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Histórico da Unemat. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=universidade&conteudo=1> . Último acesso em 02.Mai.2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Organogramas – uffs. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/estrutura_processos_institucional/organogramas. Acesso em: 27 abr. 2017.